

DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE MALHAS DE TRICOT DE IMBITUVA-PR

Zaqueu Luiz Bobato

Universidade Estadual do Centro-Oeste
zaqueudegeo@yahoo.com.br

Roberto França da Silva Junior

Universidade Federal da Integração Latino-Americana
rofranssa@gmail.com

RESUMO

O atual período histórico, que optamos chamar de globalização, constantemente tem gerado novas formas de organização, reconfigurando a ordem espacial de atividades econômicas no espaço geográfico. Os territórios procuram se firmar em uma “lógica” competitiva. Portanto, as transformações em curso, impulsionaram modelos que passam a ser adotados pelos lugares como solução. Historicamente Imbituva tem apresentado uma peculiar atividade econômica, que tem sido importante para certo desenvolvimento local, na sustentabilidade de renda de muitas famílias. Essa atividade é baseada na fabricação de peças de vestuário baseadas em malhas de tricot. O número expressivo de malharias permite uma análise geográfica da concentração de meios e fatores de produção, híbrido de técnicas e normas, sob uma perspectiva da proximidade. Institucionalmente essa concentração foi considerada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) como sendo um Arranjo Produtivo Local (APL). No entanto, os diversos problemas na condução de políticas públicas no âmbito da concentração de Imbituva, dificulta compreendermos apenas como um APL, mas como uma economia de proximidade. Este artigo objetiva demonstrar as dificuldades ocorridas na constituição dessa formação, avaliando a experiência imbituvense, identificando processos competitivos (fomento e “dinamismo”) e as relações de cooperação no ramo das malhas em tricot. Ressaltamos que não se trata de um estudo de administração institucional de empresas, mas de uma análise geo-econômica do funcionamento do arranjo, que em 2009 era composto por 38 malharias associadas junto à Imbitumalhas.

Palavras-chave: arranjo produtivo local; proximidade; cooperação; geografia

LOCAL DEVELOPMENT IN LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENT OF TRICOT KNITTING FOR IMBITUVA-PR

ABSTRACT

The present historical period that we call globalization has created new forms of organization, it's changing the space order of the economic activities in the geographic space. The territories try to establish in a competitive “logic”. Therefore the transformations drove forward some models that were adopted by the places like a solution. Imbituva has historically introducing a singular economic activity, it's been important for the local development, in the earned income maintenance of many families. This activity is based on the manufacturing of knitting clothes. The expressive number of knitting companies permits a geographical analysis of the resources' concentration and of the production's factors, techniques and norms' hybrid, in the proximity respect. Institutionally this concentration was considered by the Paranaense Institute of Economical and Social Development (Ipardes) as a local productive deal (APL). However, the problems in the conduct of public policies in the Imbituva concentration, this makes it even more difficult to comprehend it just as an APL, but as a economy of

Recebido em 30/03/2012

Aprovado para publicação em 12/09/2012

proximity. This article has as an aim to demonstrate the difficulties that have happened in this formation, estimating the Ibituvense experience, identifying competitive processes (fomentation and “energy”) and the relations of cooperation in the knitting activity. We stand out that it isn’t a study of institutional management of enterprises, but from a geo-economics analysis of the deal functioning that in 2009 was composed of thirty-eight factories of wool clothes associated to Ibitumalhas.

Keywords: local productive deal, proximity, cooperation, geography.

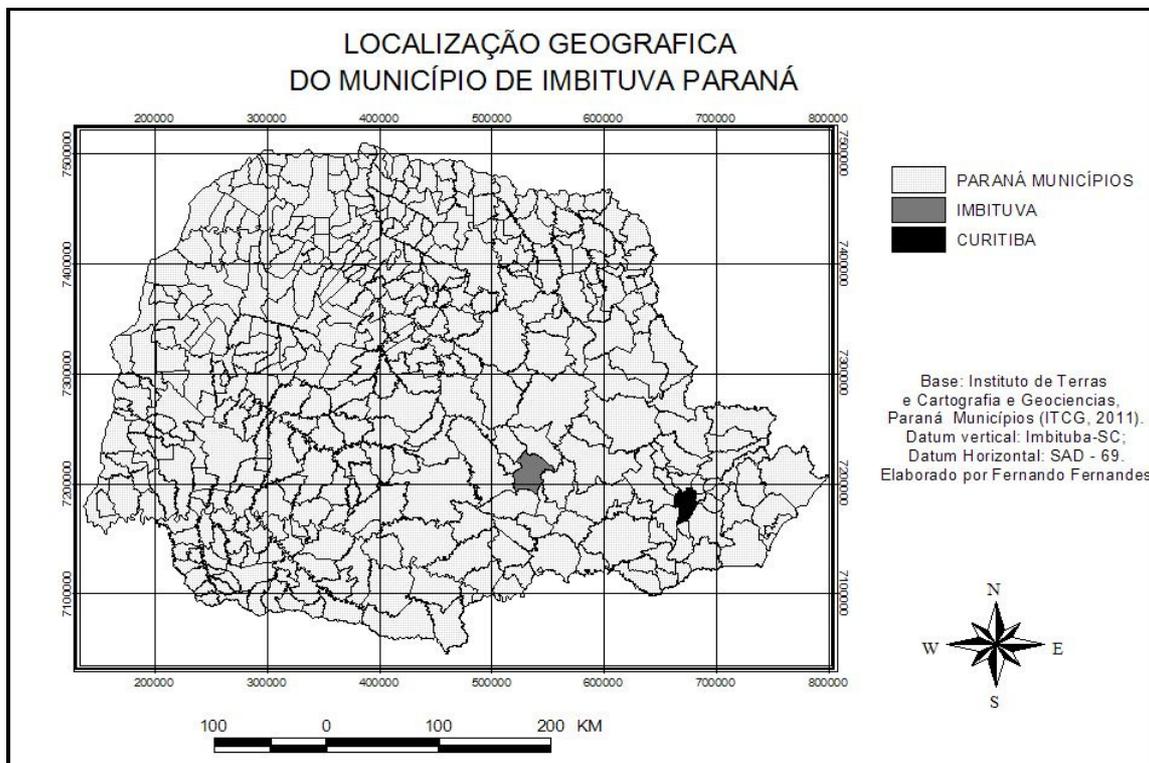
INTRODUÇÃO

O atual período histórico, que optamos chamar de globalização, constantemente tem gerado novas formas de organização, reconfigurando a ordem espacial de atividades econômicas no espaço geográfico. Os territórios procuram se firmar em uma “lógica” competitiva. Portanto, as transformações em curso, impulsionaram modelos que passam a ser adotados pelos lugares como solução.

Entre esses modelos estão os Arranjos Produtivos Locais (APLs), derivados de modelos europeus e norte americanos de produção. Não é nosso objetivo versar sobre as conceituações, portanto, apresentaremos, a título de problematização, a definição que interessa neste trabalho, não necessariamente como uma referência teórico-metodológica, mas como um instrumento de institucionalização das ações do Estado que geraram o APL de malhas em tricô de Ibituva. Segundo o Ipardes (2006, p. 08) o APL é um “aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades correlatas, estão localizados em um mesmo território e apresentam vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem”. Trata-se de uma definição sintética acerca das discussões encontradas na literatura da geografia econômica e economia espacial.

Situada a uma distância de 180 km de Curitiba no Estado do Paraná, a cidade de Ibituva localiza-se na região Sudeste do Estado (figura 1). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2010), o município de Ibituva possui 27.052 habitantes.

Figura 01: Localização de Ibituva em relação à Curitiba.



Esta cidade, desde a década de 1970, vem se especializando na produção de roupas de malhas de tricot. Com a expansão do setor foi criada, em 1987, a Associação das malharias de Ibituva (Imbitumalhas). A primeira função da associação foi a de organizar a feira de malhas de Ibituva (Femai), um importante evento realizado anualmente na cidade, e que atrai cerca de 40 mil visitantes e interessados em negócios do setor. Este evento se caracteriza como um dos principais meios de divulgação do arranjo, assim como o principal canal de comercialização para as empresas do segmento. Passados alguns anos, a associação também passou a ser importante para mediar relações institucionais de cooperação entre os membros.

Em 2006, o Iparde caracterizou a cidade de Ibituva como sendo sede de um APL, dada a concentração geográfica espacial das empresas de malhas de tricot. O Iparde realizou um amplo estudo desenvolvido sobre as potencialidades de arranjos do Estado do Paraná. A pesquisa do instituto identificou APLs, apresentando um conjunto de diretrizes gerais e específicas, de políticas públicas e ações coletivas que contribuíssem para a ampliação da “competitividade”, da “eficiência produtiva”, da “capacidade de inovação” e do “mercado”. A figura a seguir é uma representação dos APLs do Paraná.

Figura 02: APLs do Paraná



Fonte: Extraído da Fiep. Disponível em: <http://www.ielpr.org.br/apl/>.

Com base neste estudo, avaliaremos a experiência imbituvense, identificando processos competitivos (fomento e “dinamismo”) e as relações de cooperação no ramo das malhas em tricot. Ressaltamos que não se trata de um estudo de administração institucional de empresas, mas de uma análise geoeconômica do funcionamento do arranjo, que em 2009 era composto por 38 malharias associadas junto à Imbitumalhas.

ALGUNS CONCEITOS E QUESTÕES PARA O ENTENDIMENTO DO APL IMBITUVENSE: A PROXIMIDADE ESPACIAL

Processos de concentração espacial e formas de organização subjacente não são novos, o que se altera é o conteúdo. Concentrações semelhantes já haviam sido identificadas por Marshall no século XIX, na Inglaterra. Em 1890, Alfred Marshall publicou seus “Princípios de Economia”, sua obra mais célebre, na qual desenvolveu uma teoria da organização industrial. No cerne de sua teoria, estava a relevância da concentração espacial das empresas e dos fatores organizacionais e institucionais. Para Dallabrida (2010, p. 35):

A noção de distrito industrial marshalliano faz referência ao fenômeno, presenciado ainda no século XIX, de concentração de empresas especializadas em um ramo de produção em certas comunidades inglesas, com uma divisão do trabalho entre pequenos produtores baseado em laços de solidariedade.

A teoria de Marshall possui o mérito, entre outros, de ser uma das pioneiras em pensar as “estruturas espaciais” no âmbito econômico, especialmente em torno da concentração de meios e fatores de produção. Em torno da teoria marshalliana se estruturou uma série de teorias contemporâneas em torno da concentração industrial. A formação e desenvolvimento do Vale do Silício, a Terceira Itália e outros fenômenos de concentração passaram a ser objeto teórico de outras escolas de pensamento econômico espacial e geografia econômica.

De acordo com escritos contidos no Boletim da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2010, p. 42):

Em meados da década de 1990 (...) estudos e experiências passaram a influenciar tanto a academia quanto os formuladores de políticas. Da Universidade de Harvard, Michel Porter lançou o conceito de *clusters*, que passou a ser usado cada vez mais como sinônimo de modernidade e de fronteira teórica. Paralelamente, as experiências dos Distritos Industriais Italianos e o caso de Mondragon no País Basco também passaram a ganhar espaço em função da proximidade com a estrutura produtiva da economia brasileira e com a formação cultural e religiosa do país, de origem latina e de maioria católica.

Ressalta-se que no Brasil a partir da década de 1990, as políticas acerca dos APLs se intensificam, já que tal forma de organização passa a ser considerada, como um forte mecanismo de desenvolvimento econômico regional e local. Nos escritos, contidos no documento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Brasil, elaborado no ano de 2007, percebe-se a adoção de um modelo europeu de produção, já que o documento explicita a seguinte afirmação:

Desde a década de 80, no entanto, uma visão diferente de desenvolvimento vem se traduzindo em iniciativas de planejamento voltadas à valorização do potencial endógeno das regiões. Inspiradas no sucesso de regiões como o Vale do Silício, na Califórnia, a Emília Romana, na Itália, ou regiões dinâmicas da Ásia, tais políticas apresentam duas características essenciais: são ancoradas em territórios específicos; e baseadas em pequenas e médias empresas, interdependentes e interativas e das condições de vida da população. (PNDR, p. 9).

Para Albagli e Brito (2002), APL é definido como uma aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como, de empresas correlatas e complementares, como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, em um mesmo espaço geográfico, com identidade cultural local e vínculo, mesmo que incipiente, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e, com outros atores locais e instituições públicas ou privadas.

No entanto, no Boletim Informativo da PNDR (2010, p. 43) o termo APL comparece:

(...) para designar um espaço social, econômico e historicamente construído por meio de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços. Para tanto, desenvolvem suas atividades de forma articulada por uma lógica socioeconômica comum, que aproveita as economias externas, o binômio cooperação-competição, a identidade sociocultural do local, a confiança mútua entre os agentes do aglomerado, as organizações ativas de apoio para a prestação de serviços, os fatores locais favoráveis (recursos naturais, recursos humanos, cultura, sistemas cognitivos, logística, infraestrutura etc.), o capital social e a capacidade de governança da comunidade (PNDR, 2010, p. 43).

Desta forma, percebe-se que nas definições supramencionadas, as relações sociais frutos da proximidade geográfica/territorial das empresas, são vistas como fundamentais para a

“competitividade” de um APL, contudo, também é necessário que haja vinculação entre as esferas políticas que permeiam um dado arranjo produtivo.

Recentemente comparece na literatura econômica, o termo *cluster*, que, em sua acepção mais ampla, é um agrupamento de empresas reunidas em um subespaço, bem balizado, e que essas se relacionam do ponto de vista institucional, ao mesmo tempo em que forma um polo especializado, com a possibilidade de auferir ao lugar, vantagens competitivas.

Devido à importância dos APLs para a economia brasileira, diversos pesquisadores têm dado contribuições bastante relevantes, com estudos voltados às aglomerações produtivas especializadas. Dentre alguns autores, enfatizamos Iglioni (2001); Diniz e Lemos (2005); Conti (2005); Lastres e Cassiolato (2004), Suzigan, Garcia e Furtado (2005). Em suas análises, estes autores empregam categorias e nomenclaturas conhecidas pelo termo APL, mas outros autores preferem termos como SLPs (Sistemas Locais de Produção/Inovação), *Cluster* dentre outros.

As rápidas e constantes transformações territoriais também demandam teorias e elaborações metodológicas a respeito das mais diversas formações, sendo os setores fabris, fulcros das concepções abstratas mais relevantes para compreender a espacialização das sociedades em diversos tempos e temporalidades.

Destacaremos aqui a noção de proximidade proveniente da chamada “Escola da Proximidade”, um círculo intelectual formado principalmente por pesquisadores franceses, mas com grande presença de italianos. São economistas, cientistas sociais, geógrafos entre outros, que vem desde os anos 1980 analisando os novos sentidos do território, com ênfase em processos anti-economicistas, como por exemplo, a cultura e política institucional.

Um desses representantes é Christian Azaïs, que procura desvendar os nexos relacionais, a partir da ideia de que a proximidade possibilita atribuir ao território um viés coordenador, revelando “espessuras” institucionais e organizacionais que não estariam presentes quando se trata de acepções usuais de território (AZAÏS, 2004).

Azaïs e os teóricos da escola da proximidade não se fixam na proximidade física, isto é, métrica, mas numa proximidade relacional multiforme. Junto ao mercado coexistem elementos comportamentais e culturais, traduzidos em “relações de confiança”, ou seja, na análise da proximidade, os aspectos e fenômenos extra-mercantis são relevantes. As interações entre agentes, organizações e instituições acabam por constituir círculos de aprendizado e inovação. A concepção é de uma articulação entre as dimensões tecnológica, organizacional, institucional e cultural.

Inovação e mudanças técnico-normativas constituem-se como funções integradoras e requalificadoras do espaço, dotando-o de uma capacidade dinâmica e ao mesmo tempo fazendo da proximidade um processo onde organizações diferentes estão envolvidas, repercutindo nas interdependências. A análise, desse modo, revela a possibilidade da ação em uma escala meso, isto é, mesoeconômica e mesosocial/território (AZAÏS, 2004).

A análise de Azaïs recai aos arranjos ou sistemas produtivos locais e como se materializam as múltiplas formas de proximidade. A abordagem do autor também valoriza a “identidade” ou a territorialidade daquele que “pertence” ao lugar. Assim, segundo Azaïs (2004), a territorialidade reflete as várias funções do vivenciado territorial dos membros de uma comunidade e de uma sociedade em geral.

Para a compreensão do desenvolvimento local e a sua característica dinâmica e de inovação, se deve considerar a escala temporal, ou a longa duração do processo de constituição da experiência sistêmica, isto é, o tempo de organização da concentração produtiva. Isto depende de uma base consistente, cumulativa e regular geradora de inovações competitivas, não necessariamente técnica, mas social e normativa, em consonância ou sinergia com sistemas “externos”. Essa condição temporal faz do território uma elaboração sócio-histórica.

IMBITUVA NO CONTEXTO TEÓRICO E POLÍTICO INSTITUCIONAL

O APL de Imbituva se relaciona ao pensamento de Azaïs, no entanto, as complexidades que atuam internamente no setor, com maior intensidade no que tange a vinculação com a esfera do poder público municipal, assim como com as relações de cooperação entre os proprietários

de empresas do segmento, não estão produzindo a competitividade esperada pelos agentes envolvidos diretamente com o APL e mesmo com o Estado.

Em pesquisas de campo² constatou-se que os processos de interação entre donos de empresas e poder público, sobretudo municipal ocorrem timidamente. Percebeu-se que há uma carência do empresariado de entrelaçarem-se com o poder político do município. Ao conversar com os donos das empresas, os mesmos demonstraram um sentimento de não pertencimento aos processos característicos do campo da política. A maioria deles não participa de reuniões e não procuram manter relações de articulação sólidas com os representantes do poder público do âmbito local. Projetos que possam fomentar o desenvolvimento do arranjo não vêm sendo elaborados, e grande parte dos empresários não se sentem responsáveis e dispostos a tomarem iniciativas, logo, há uma transferência de responsabilidade sobre as pessoas que fazem parte da coordenação do APL, que também não procuram efetivar formas de dinamizar o arranjo entrelaçando-se aos representantes políticos locais.

Destaca-se que apesar do projeto APL buscar fortalecer os laços de cooperação e interação com esferas do poder público, assim como, instituições e entidades envolvidas com o setor, os empresários do APL tem nexos relacionais relativamente baixos. A literatura econômica na área afirma que há a necessidade de fortalecimento dos nexos relacionais.

Diante do cenário pesquisado é importante realizar uma discussão acerca das relações de cooperação entre as empresas do arranjo, tendo em vista que desde as últimas décadas do século XX, o ambiente empresarial vem enfrentando profundas transformações e reestruturações produtivas. Pode-se dizer que, são decorrentes de um conjunto de transformações técnicas, políticas e econômicas.

A dinâmica competitiva entre os lugares está cada vez mais complexa, intensa e rápida. Os paradigmas de aprendizagem coletiva, cooperação e dinâmica inovadora das empresas, assumem um papel de centralidade. No entanto, o APL de Imbituva não dispõe dessas condições “indispensáveis” apontadas pela literatura. Segundo Cezarino e Campomar (2006) na atual fase do sistema capitalista, marcado pela crescente globalização da economia, as micro, pequenas e médias empresas (MPME) sofrem impactos ainda mais intensos. Desta forma, torna-se condição *sine qua non* que estas se organizem a fim de desenvolverem trabalho cooperado visando vantagens competitivas.

A articulação das empresas do setor possibilitaria, de acordo com os especialistas em administração, um ambiente inovador, onde as informações e trocas de experiências, fluiriam de forma mais intensa, gerando “benefícios coletivos” que refletiriam em desenvolvimento local, com efeito multiplicador. Segundo Cunha:

A proximidade facilita a difusão de idéias, métodos e inovações entre os atores, incentivando a dinamização dos processos de desenvolvimento, quando e aonde os atores tenham condições de criar idéias, métodos e inovações animadoras destes processos. Nesses termos, o território apresenta-se como um elemento fundamental no processo de desenvolvimento (CUNHA, 2007, p. 166).

Portanto, as organizações de empresas aglomeradas em um dado território pode se tornar fortes instrumentos para a geração de emprego, renda, e desenvolvimento. Nesse sentido, a cooperação poder-se-ia ser um meio pelo qual as empresas se desenvolvam e desenvolvam o meio concentrado e o entorno. Em pesquisas de campo realizadas junto ao empresariado local, observamos que os mesmos se recusam aos nexos de cooperação. Um exemplo dessa problemática, diz respeito às revistas especializadas (que tratam das tendências da moda no Brasil e no mundo). Não se tratam de revistas comuns, adquiridas em bancas de jornal, mas de editoras de alta circulação.

As revistas em questão são de custo elevado (em torno de R\$ 1.000,00, a assinatura), porém, necessárias para que se possa produzir de maneira inovadora. No entanto, um pequeno número de empresas, àquelas dotadas de poder econômico, adquire estas revistas, mas, se recusam a passar modelos de peças em malhas contidas na revista para as demais que não possuem condições. Os empresários que compram essas revistas não acham justo pagarem

² Pesquisas de campo qualitativas realizadas em agosto de 2009.

caro e repassarem para os demais. Esta, entre outras situações, é contraditória à existência de um APL típico.

Também em pesquisas de campo para a elaboração deste artigo, alguns empresários do ramo relataram que dificilmente um empresário visita a empresa próxima a sua, por que a desconfiança é muito grande. Uma visita pode ser motivo para copiar um modelo de peça de roupa de tricot.

Houve relatos também de funcionários explicitando que ao colocarem os manequins para amostra na vitrine da loja, imediatamente recebeu ordens da patroa para colocarem o manequim com as “costas” viradas para a vitrine, ou seja, a pessoa que passasse em frente para ver os detalhes da peça, teria que entrar na loja, pois se o manequim ficasse exposto de frente para a vitrine correria o risco de empresários das outras malharias passarem e copiarem o modelo, talvez aprimorando de forma melhor elaborada, com mais detalhes, dando diferencial a peça.

De acordo com os pressupostos da “competitividade”, a ausência de ações coletivas no APL de Ibituva é prejudicial ao setor. No entanto, há de se ressaltar que o APL em questão apresenta formas de cooperação “embrionárias”, apesar do tempo de implantação. Compreendeu-se que as embrionárias formas de cooperação ocorrem entre eles através das viagens promovidas pela Ibitumalhas a arranjos similares dentro e fora do Estado do Paraná. Tais viagens reúnem os donos de empresas do APL de Ibituva com o fito de trocarem experiências com os atores empresariais de outros segmentos.

A própria realização da Femai evidencia que ocorre certa cooperação entre eles, uma vez que para ocorrer o evento é necessário reunir os donos de empresas, para que estes cooperem compartilhando trabalhos e ideias que possibilitem o acontecimento do evento. Em síntese, constatou-se que o processo de cooperar ocorre no APL após muitas divergências, sendo assim, acredita-se que é necessário clarificar para os membros do APL a importância de se reunir, conversar, de se chegar a um consenso. Tudo isto visando a solidez de relações de confiança, cooperação entre eles.

De acordo com Albagli (2001), essa cooperação resultaria na capacidade de transformar o conhecimento tácito, desenvolvido internamente nas empresas de um local em vantagem competitiva para as empresas deste local. Mas, para isso seria necessário o fortalecimento dos “laços de cooperação”. Nas palavras de Bourlegat:

Ações coletivas de empreendedorismo econômico podem se tornar mais efetivas quando **envolvem as instituições locais** (as organizações reproduzem o saber e valores locais). Os sentimentos de afeto e pertença ao grupo e lugar, contribuem para gerar sentimentos de convivência e de cumplicidade em torno de valores considerados fundamentais para manutenção e legitimidade de alianças estabelecidas para fins empresariais (Bourlegat, 2010, p. 9, grifos nossos).

Pensando o papel das interações locais que são importantes para uma aglomeração no formato APL, mencionamos os escritos de Hoffmann (2003). À época em que realizou uma pesquisa no ramo de malhas de tricot de Ibituva, esta autora explicitou que naquele contexto, inexistia uma política local focada na produção das malhas de tricot. Iniciativas materializadas em leis e projetos encontravam-se paralisadas, no aguardo de recursos cuja liberação apresenta-se incerta. A administração municipal mostrava-se insatisfeita por ter permitido o envelhecimento das máquinas e equipamentos da Escola de Malhas, limitando o seu adequado funcionamento, no sentido de oferecer oportunidade, de adequada inserção profissional aos egressos dos seus cursos.

A relação de articulação entre o setor do ramo de tricot e o poder público é extremamente frágil, não fortalecendo o APL. O empresariado não participa de reuniões na câmara municipal e quiçá encaminham propostas para o fortalecimento da escola de malhas existente no município. As desarticulações entre tais esferas não fortalecem o segmento. Hoffmann (2003) explicitava que ações coletivas entre os atores locais não poderiam faltar, por intermédio de estímulo aos fabricantes, principalmente os microempresários, à ações conjuntas em torno de objetivos comuns, até mesmo no sentido de influenciar a administração pública na tomada de

decisões, e em procedimentos que se relacionassem ao segmento de malharias de tricot. Segundo a autora o fortalecimento do setor traria consequentemente, o desenvolvimento local.

Isto, que se poderia chamar de “governança institucional” forma uma embrionária rede de relações. Por exemplo: a Prefeitura Municipal de Ibituva contribui com investimentos na manutenção e pintura dos pavilhões, onde ocorre a feira de malhas de tricot. A prefeitura também atua na gestão da escola de malhas e se responsabiliza pela cessão do espaço físico onde ela funciona. Essa escola surgiu da necessidade de treinar a mão-de-obra local, a partir do aumento da demanda e da expansão das empresas no município.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) que é uma entidade do sistema de Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), alinhado às suas funções e diante da necessidade de readequação da escola de malhas do APL de Ibituva, inseriu-se no arranjo em 2005, visando à melhoria da qualificação profissional do município.

A já mencionada feira de malhas, Femai, é hoje, no contexto microrregional, um importante evento que ocorre anualmente, sendo o principal meio para a comercialização dos produtos confeccionados no APL. A feira é organizada pela Ibitumalhas, contando com a colaboração da prefeitura e patrocinadores (Figura 3).

Figura 03: Uma perspectiva da Femai, 2010



Fonte: BOBATO, Z. L. Maio de 2010.

No que concerne ao projeto APL implantado para o ramo pelo Governo do Estado do Paraná, constatamos que foi possível compreender que o projeto APL vem trazendo bons resultados, contribuindo para o desenvolvimento do ramo ao proporcionar cursos de capacitação, mais inovação, realizar visitas em feiras, tentar estreitar as relações de cooperação, visar melhorias nos sistemas de créditos aos empresários etc. Entrementes, empresários e funcionários expuseram que muito se fala nas reuniões do projeto APL, mas pouco se efetiva em prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização do APL de Ibituva não o caracteriza como uma expressão plenamente de acordo com as concepções teóricas existentes, muito embora se reconheça uma formação sócio-histórica, onde os atores se desenvolveram em torno de uma atividade específica em busca da ‘competitividade’, tão propalada em tempos de ‘globalização’, um período marcado por uma progressiva fragmentação, que torna os territórios fragmentos em disputa entre si.

A tabela a seguir evidencia a economia do município em que se encontra o APL, demonstrando certa fragilidade do segmento de malhas de tricot em termos de geração de emprego e fortalecimento econômico no território.

Tabela 01: Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas – 2010.

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECIMENTOS	EMPREGOS
Indústria de produtos minerais não metálicos	13	117
Indústria metalúrgica	03	04
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	01	01
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	01	01
Indústria da madeira e do mobiliário	85	1.733
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	03	08
Indústria química, prod.farmac.,veterin., perf.,sabões,velas e mat. plást.	01	04
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	33	159
Indústria de calçados	04	1.057
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	12	55
Construção civil	14	28
Comércio varejista	190	767
Comércio atacadista	20	64
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	05	28
Administradoras de imóveis, valores mobil., serv.téc.n.profis.,	22	81
Transporte e comunicações	15	37
Serviços de alojamento, alim., reparo, manut., radiodifusão e televisão	37	112
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	18	37
Ensino	07	88
Administração pública direta e indireta	02	749
TOTAL	486	5.130

Fonte: IparDES. <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=84430&btOk=ok>
Org.: BOBATO, Z. L., 2011.

Mediante análise dos dados acima evidenciados, percebe-se que o ramo de malhas de tricot em Ibituva contribui no processo de geração de empregos, no entanto, é a indústria madeireira, seguida da de calçados, que tem gerado a maior parte de postos de trabalho entre a população economicamente ativa da cidade. Entretanto, em geral, no âmbito do município, de acordo com dados do IBGE correspondentes ao censo (2006), tem-se um número de 5.982 pessoas que se ocupam em atividades agropecuárias. Portanto, este número revela que as atividades agrícolas têm grande relevância na dinâmica econômica e social do território imbituvense.

De acordo com informações disponibilizadas na página da prefeitura de Ibituva, é a agricultura que responde pela grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) do município, tendo como principais destaques os produtos agrícolas: fumo, soja, milho, cebola, batata, feijão, e trigo (ver tabela a seguir).

Clarifica-se que mediante informações disponibilizadas pelo empresariado local, no ano de 2009 fora comercializado em torno de 200.400 peças de roupas de tricot, sendo que a média de valor negociado por peça foi de 43 reais. Concluiu-se que no ano de 2009 o setor do tricot comercializou a produção gerando um valor total de 8.617.200 reais em peças de roupas.

Diante disso, podemos dizer que apesar dos números, relações embrionárias de cooperação estão sendo constituídas, e isso aponta para uma possibilidade de formação de um território competitivo, do contrário, estaremos diante de um enclave marcado por uma atividade econômica periférica, não competitiva, compelindo Ibituva à sua condição de espaço opaco.

Impõe-se como desafio subverter essa condição através de políticas pública ancorada da escala municipal à escala federal, estabelecendo insumos técnicos e normativos, intelectuais e infraestruturais, tendo como elemento central os atores locais. No nível do arranjo imbituvense pode-se dizer que será necessário, ainda, cursos de custos e formação de competências gerenciais e maior inserção por meio de incentivos a etapas de programas de fomento de longo prazo e ambiciosos, visando a inovação e produção de novos produtos e serviços atrelados à estrutura existente. Isso tornará o arranjo capaz de demandar infraestruturas industriais e trabalho morto passíveis de se tornarem externalidades, dotando o município de uma condição

competitiva, superando a velha dependência característica. Com isso, o município terá condições de protagonismo em circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação no espaço a partir de novas formas de comercialização, novos canais de desenvolvimento de produtos, fixação de marcas, registro de patentes, design, certificações, qualidade etc.

Tabela 02: Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola – 2009.

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/há)	VALOR (R\$ 1000,00)
Alho	02	10	5.000	40
Arroz	270	486	1.800	292
Aveia	95	188	1.979	56
Batata-inglesa	323	7.856	24.322	3.928
Caqui	02	14	7.000	49
Cebola	255	5.304	20.800	4.243
Cevada	300	930	3.100	372
Erva-mate (folha verde)	320	1.280	4.000	461
Feijão	6.850	6.155	899	3.693
Fumo (em folha)	3.326	5.585	1.679	22.340
Mandioca	110	2.200	20.000	330
Milho	12.960	54.745	4.224	13.686
Pêssego	10	50	5.000	125
Soja	11.530	31.122	2.699	21.785
tomate	05	112	22.400	112

Fonte: Iparde. <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=84430&btOk=ok>
Org.: BOBATO, Z. L., 2011.

Por fim, o conjunto das políticas públicas deverá ser capaz de tornar os atores locais verdadeiros protagonistas, em condições da realização de um trabalho associativo demandante de permanentes investimentos. Não obstante, que este desenvolvimento seja um desenvolvimento que se reverta para o município, e que não produza uma nefasta desigualdade entre os empresários e os trabalhadores do arranjo, ou seja, que a renda não seja drenada para centros sem a reversão para o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

AZAÏS, Christian. Território e trabalho: uma inscrição em temporalidades diferentes. In: **Novos Cadernos NAEA**. v. 7, n. 1, p. 31-56, jun. 2004.

ALBAGLI, S. Capacitação, Sensibilização e Informação em Arranjos e Sistemas de MPME. **Nota técnica desenvolvida para o projeto Arranjos Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Apoio: CNPq, Finep, BNDES, IPEA. Rio de Janeiro: IE/UFRJ. 2001.

ALBAGLI, S. e BRITO, J. **Arranjos Produtivos Locais**: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais. RedeSist, 2002. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>>. Acesso em 15 de janeiro de 2010.

BOBATO, Z. L., SILVA JUNIOR, R. F. O uso do território no Arranjo Produtivo de malhas em tricot de Imbituva-PR e as relações de cooperação In: **Anais do Encontro Anual de Iniciação Científica (EAIC)**. Londrina, 2009. Disponível em: <<http://www.eaic.uel.br/artigos/CD/3844.pdf>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2010.

_____. O Arranjo Produtivo Local de Imbituva, o espaço e o processo de globalização: elementos para uma problematização geográfica. In: **Anais do Encontro Anual de Iniciação Científica (EAIC)**. Foz do Iguaçu, 2008. Disponível em: <http://www.ppg.uem.br/docs/pes/eaic/XVII_EAIC/index.html>. Acesso em 13 de março de 2010.

BOURLEGAT, C. A. Le. **Análises das Políticas para Apls**. Disponível em: <http://www.bnades.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bnades_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/CMDR_0309_CleoniceBourlegat.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2010.

Boletim Regional. **Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional.** Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2010. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/boletim.asp>>. Acesso em: 20 de Agosto de 2010.

CEZARINO, L. O; CAMPOMAR, M. C. **Vantagem competitiva para micro, pequenas e médias empresas: clusters e APLs.** 2006. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/37/32>>. Acesso em 13 de Abril de 2010.

CONTI, S. Espaço global versus espaço local: Perspectiva sistêmica do desenvolvimento local. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Org.). **Economia e Território.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. (p. 209-252).

CUNHA, L. A. G. **Território, desenvolvimento territorial e o “novo mundo rural”.** Emancipação, 7(1): 165-176, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/91/89>>. Acesso em 15 de Maio de 2010.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?.** 1 ed. Santa Cruz do Sul – EDUNISC, 2010.

HOFFMANN, R. C.; LINS, H. N. **Iniciativas e impasses em uma pequena aglomeração confeccionista: as malharias de Imbituva (PR) na ótica do debate sobre aglomerações industriais: Estudo Técnico.** Florianópolis: UFSC, 2002.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 25 de agosto de 2010.

IPARDES. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná:** Diretrizes para políticas de apoio aos arranjos produtivos locais/ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. - Curitiba: IPARDES, 2006.

IGLIORI, D. C. **Economia dos clusters industriais e desenvolvimento.** São Paulo: Iglu/FAPESP, 2001.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Políticas para Promoção de Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas:** vantagens e restrições do conceito e equívocos usuais. Instituto de Economia – Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). 2004.

PNDR. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional 2007.** Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/discurso.asp#discurso>>. Acesso em 20 de Agosto de 2010.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J; GARCIA, R.; SAMPAIO, S.. Sistemas locais de produção/ inovação. Metodologia para identificação, estudos de casos e sugestões de políticas. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Org.). **Economia e Território.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. (p. 287-320).